

AMAZONIA NATIVA

GUIABÁ, JUNHO DE 2022

Edição número 4

NÃO PODEMOS TER MEDO!

"É preciso ter coragem e compromisso. E o compromisso é com a defesa dos direitos indígenas."

DEBORAH DUPRAT

Em entrevista exclusiva, conta como surgiu a tese do marco temporal

PAUMARI COM PAUMARI

Intercâmbio cultural fortalece a cultura do povo e reaviva os laços

ÍNDICE

REVISTA AMAZÔNIA NATIVA | JUNHO DE 2022 | EDIÇÃO 4



Foto: Reprodução da Internet

03

Entrevista: a jurista Deborah Duprat detalha como surgiu a tese do Marco Temporal e analisa a conjuntura sócio-política que ameaça conquistas históricas dos direitos humanos.

14

O intercâmbio cultural que reuniu o povo Paumari do Marahã e o povo Paumari do Tapauá.

21

Elias Bigio, amigo de Bruno Pereira, brutalmente assassinado enquanto fazia viagem pelo Vale do Javari juntamente com o jornalista Dom Phillips, relata a trajetória profissional do indigenista na luta pelos direitos dos povos.

26

Indefinição da política federal de proteção e apoio deixa povos isolados em situação mais vulnerável.

31

Projeto Do Campo ao Corpo analisa o impacto dos agrotóxicos em terras indígenas de Mato Grosso e os efeitos do veneno na saúde das comunidades.

36

Projeto apoia a conquista da autonomia de coletores de castanha, para que o trabalho continue gerando renda e protegendo a floresta.

42

A relação dos indígenas com o algodão e a importância dos povos como guardiões das sementes crioulas.

49

Falhas na atuação da Agência Nacional de Mineração fomentam mercado especulativo de requerimentos de exploração em Terras Indígenas.

54

No Xire da OPAN.



EDITORIAL

No Brasil, garimpo, grilagem, caça e pesca ilegais, uso irregular de agrotóxicos e diversos ilícitos estão extrapolando todos os limites. Causam violência, destruição e mortes.

Nos últimos meses, vimos até onde chegam os impactos dos garimpos clandestinos da Terra Indígena Yanomami, que convive com rombos ambientais de enormes proporções e impactos sociais imperdoáveis. Em decorrência da atividade, os Yanomami, além da alta contaminação por mercúrio, sentem na pele a violência e o luto pela morte de entes queridos.

Ainda com essa ferida aberta – e outras, como o assassinato de Genivaldo Santos pela polícia –, vivemos o assassinato brutal do indigenista Bruno Pereira, servidor licenciado da Fundação Nacional do Índio (Funai) e um dos fundadores do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI), e do jornalista Dom Phillips, que escrevia para o jornal inglês The

Guardian e com experiência de trabalho em veículos como o Washington Post, New York Times, Financial Times e The Intercept. Ambos estavam em atividade na Terra Indígena Vale do Javari. Bruno, assessorando a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja).

Enquanto os dois profissionais trabalhavam de forma dedicada, representantes do Executivo, entre eles da Funai, por meio de discursos contraproducentes e em desvio de suas finalidades, têm agido em oposição à legislação, favorecendo o saque de terras, a destruição ambiental e violências das mais diversas formas. Não aceitamos isso. Esperamos retomar um Estado de Direito. Que os órgãos públicos cumpram seus objetivos institucionais e que a legalidade e a proteção à vida se sobreponham aos desmandos e à impunidade. Vamos buscar novos caminhos, coletivamente, em benefício de todos. Gostaríamos que Bruno e Dom estivessem conosco. ➔

**"Só pode julgar o Marco
Temporal se tiver
certeza de que a gente
vai ganhar. Nenhum
ministro ou ministra do
STF pode ser insensível
e colocar uma questão
como essa para perder,
para condenar os povos
indígenas a uma
situação pior."**



Foto: Agência Brasil

DIREITOS HUMANOS COM "D" DE DUPRAT

BEATRIZ DRAGUE RAMOS; DAFNE SPOLTI;
LAÍS COSTA; IVAR BUSATTO E JOSIE JERONIMO

Em 2020, a jurista Deborah Duprat deixou o Ministério Público Federal (MPF). Quando ela entrou para o MPF, em 1987, o país vivia a efervescência da Constituinte. "Achei insuportável o curso de direito, não entendia o que faria com aquele diploma. Um dia vi uma matéria do procurador-geral da República tratando dos povos indígenas, ainda no período Constituinte, eu falei: descobri onde quero trabalhar." E assim foram 32 anos de atuação em prol dos Direitos Humanos.

Deborah representou causas de diversas minorias em ações de grande relevo. Defesa do direito à união civil homoafetiva, identidade dos

transexuais e direito das mulheres. No julgamento do Recurso Extraordinário do povo Xokleng no Supremo Tribunal Federal, ela representa a Associação de Juízes pela Democracia (AJD), que é *amicus curiae* na ação que traz a tese do Marco Temporal. Sobre o tema, ela conta como uma confusão conceitual no âmbito do julgamento da ação Raposa Serra do Sol (RR) gerou "efeitos não previstos ou previstos e perversos" que trazem severa ameaça de retirada de direitos dos indígenas.

Deborah aponta para a importância das eleições desse ano. "Não vamos vencer eleições dentro de redes sociais. As redes já foram capturadas pela extrema direita, eles sabem como fazer uso disso, como disseminar a falsidade."

A jurista também analisa que o judiciário precisa ser sensibilizado e qualificado para olhar mais de perto a causa indígena. "Direito é um curso mais voltado à formação de um advogado que vai ter seu escritório para ganhar dinheiro com um público privado." Confira a entrevista:

Como e quando surgiu a tese do marco temporal?

Surgiu a partir de uma discussão do Supremo Tribunal Federal sobre o cancelamento de uma súmula que tratava dos antigos aldeamentos dos povos indígenas, áreas em que não havia mais povos indígenas. O ministro Nelson Jobim, na ocasião, levantou a tese do Fato Indígena, junto com o Marco Temporal. Ele falava que a demarcação de terras indígenas tinha que ter quatro ciclos, e o fator primordial desses quatro ciclos era a posse em 1988. Esses quatro ciclos correspondem aos elementos que definem Terra Indígena no Artigo 231 da Constituição. Então, seriam a área de moradia, área de plantio, a área dos recursos naturais e a área necessária à reprodução física e territorial e cultural do grupo. Esse foi um assunto que ele levanta e ninguém trata disso mais detidamente. O ministro Marco Aurélio volta e meia falava na necessidade de evitar o efeito Copacabana. Ou seja, que cidades consolidadas voltassem para o domínio dos indígenas, coisa que nunca foi pretensão dos povos indígenas. E veio o julgamento do caso Raposa Serra do Sol. Eu analisei muito detidamente esse caso, e o principal mentor da tese, que foi o ministro Menezes Direito, trata desse assunto muito *en passant*, depois de construir uma teoria bonita, porque vai dizer exatamente isso: que a terra indígena não é apenas o pedaço, o local de moradia. Ele vai falar que a terra indígena é a soma desses espaços, como está definido na Constituição. E é aí que se analisa esse voto. Entende-se que a posse em 1988 não significa a posse do local de moradia.



Foto: CIMI Roraima

Pode ser que os indígenas tivessem apenas um território pequenininho, que fizesse parte de um território mais amplo, como foi afinal reconhecido no caso Raposa Serra do Sol. O primeiro laudo da Raposa Serra do Sol tem um território menor do que aquele que foi referendado pelo STF. Então, se reconheceu que ali não havia o território necessário para reprodução física e cultural do grupo. Ou seja, se afirmou a tese do Marco Temporal, mas numa certa confusão conceitual, que admitia para se considerar o Marco de 1988, mas dentro desse universo mais amplo. O que acontece depois disso é que a Segunda Turma do STF, principalmente, vai pegar essa história do Marco Temporal e não vai analisar os quatro componentes, ela vai analisar apenas o local de moradia. Ou seja, se eles estavam dentro, fisicamente ali. E aí é que começa o grande problema.



Foto: Wilson Dias/ABr

"O Estado tem que adotar providências sobre os direitos territoriais que permitam o exercício pleno da autonomia."

Agora, independente disso tudo, recentemente eu fiz um estudo para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos sobre o PL 490, que volta com a história do Marco Temporal. Como é Nações Unidas, tive que fazer uma pesquisa ampla sobre jurisprudência no sistema ONU, formada principalmente pelos comitês de monitoramento das convenções, dos pactos, das relatorias, e acabei fazendo uma análise da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Na jurisprudência ONU, esse assunto não é tratado, mas se afirma muito claramente que o território e os recursos naturais ali existentes têm que ser os necessários para garantir a autonomia desses povos. A autonomia é a principal palavra depois da declaração da ONU dos Direitos dos povos indígenas. Na Corte Interamericana, há uma jurisprudência tranquila sobre não se estabelecer prazo a respeito da definição de terras indígenas. Isso foi analisado pela corte em mais de um caso. O Estado tem que adotar providências sobre os direitos territoriais para esses povos, direitos que permitam o exercício pleno da cidadania, da autonomia, que é a palavra chave. Então, é mais ou menos essa a história.

Então, o Marco nasce de um casuísmo em relação à Raposa Serra do Sol?

Essa ação é toda curiosíssima. Ela é na origem uma ação popular, que parte do estado de Roraima e vem para o STF, pois é um conflito federativo entre Roraima e a União. Então, no Direito, o objeto de uma ação é definido pelo que as partes pedem. E em nenhum momento dessa ação as partes falam das condicionantes. Então, ela é uma sentença que vai além do que se pretendia naquela discussão, e pega de surpresa as partes litigantes.

"A tese do marco temporal gerou efeitos não previstos ou previstos e perversos."

Mas pior do que isso, ela vai gerar um parecer da Advocacia-Geral da União que incorpora essas condicionantes para os processos administrativos. Então, por isso ela está sendo discutida na atualidade, porque gerou uma série de efeitos não previstos, ou previstos e perversos. Mas o fato é que agora nesse Recurso Extraordinário do povo Xokleng que o objeto é justamente discutir esse precedente criado em Raposa Serra do Sol, ele está limitado a esse caso, que, aliás, não aplicou nada daquilo. A Raposa Serra do Sol é uma área em terra de fronteira, não tem Marco Temporal, tem uma fazenda, Guanabara, que não estava na posse indígena desde a década de 1940, e passa a ser reconhecida como área indígena.



Foto: Agência Senado

A luta indígena pode desempenhar um papel objetivo junto ao Judiciário contra essa tese?

Esse julgamento já teve uma característica interessante, que foi a quantidade da figura dos *amicus curiae* dos dois lados, mas principalmente do lado pró direitos territoriais indígenas. Várias organizações ingressaram, o que é extremamente importante para a democratização do Judiciário, para que esses muitos olhares sejam ouvidos, para ser informado das experiências próximas, de quem trabalha com os povos, de quem acompanha as lutas. A pior coisa que pode acontecer com um processo é ele não ter identidade, não ter cara, você não saber que por trás dele há dores, há sofrimentos, aspirações, projetos. A gente sabe que o judiciário é muito pouco preparado para essas informações. É preciso abrir as portas, é preciso ser intérprete.

O Judiciário é capacitado para analisar as singularidades da luta indígena?

O movimento indígena teve um crescimento enorme dentro do Judiciário, o problema é de formação do campo jurídico. A mesma coisa acontece com a saúde. Em Cuba, a formação é toda para a saúde pública, a nossa é toda para a privada. O país forma para ter profissionais da beleza, da saúde, enfim, nesse sentido, a mesma coisa é o Direito. É um curso mais voltado à formação de um advogado que vai ter seu escritório para ganhar dinheiro com um público privado. O curso de ingresso na magistratura é um concurso terceirizado. Então, essas questões vão produzir efeitos, produzindo cada vez mais esse desconhecimento. Eu tive algumas experiências na 6ª Câmara que foram iluminadoras, como uma conversa com um diretor da Escola Nacional de Formação de Magistrados. Falamos sobre montar um

curso e ele se animou com o tema. Um tempo depois, ele foi convidado para um evento com magistrados de setores de escolas de magistratura na América Latina e me convidou para ir. No evento, falei que não tínhamos formação nesse tema, e muitos juízes, principalmente da Bolívia, Equador e Colômbia, não entendiam exatamente do que eu estava falando. Pensei que havia um problema de compreensão do meu espanhol e decidi falar em português. Mas não era o idioma. Eles disseram que não entendiam, pois na formação do magistrado a questão indígena é transversal, ela está no Direito Civil, no Penal, no Comercial, não há um tema "Direito Indígena", não há um curso de algumas horas, é um tema que vai percorrer toda a formação e depois os cursos de formação complementares. Então, é um problema sério que temos, que não é implementado. Temos muita dificuldade, mais do que o restante da América.





Levando em conta sua carreira no MPF, qual foi o período mais difícil na luta pela garantia dos Direitos Humanos?

Em relação ao Marco Temporal, é óbvio que essa é uma questão de disputa intensa. Temos de um lado os povos indígenas e de outro o agronegócio. Mas eu, apesar de reconhecer essa disputa econômica muito grande, acredito que o principal fator que está retardando o julgamento é o político-eleitoral, digamos. A gente sabe que essa é uma pauta caríssima para o governo Bolsonaro, ele se recusa a reconhecer direitos territoriais indígenas, fala em integração. Acho que o Supremo avalia que não vale a pena decidir essa disputa agora. Nem no ano passado, nem agora que é ano eleitoral. Eu não acredito que esse caso avance esse ano. Acho que só vai ser julgado em 2023. E o principal fator é o político-eleitoral. Para não trazer mais nenhuma preocupação em um ambiente já muito turbulento. É a chegada do bolsonarismo dentro da instituição. Digo desse pensamento conservador que o povo brasileiro, que é um povo só, que não tem que ter política para nenhum seguimento, que não tem que ter políticas indígenas, política racial. Isso vai sendo disseminado de forma assustadora dentro da instituição. Agora, a boa notícia é que eu acho que o pior disso tudo já passou. Isso foi muito intenso em 2016, 2017, até as eleições. As notícias que me chegam é que o antigo MPF, voltado a essa defesa dos povos indígenas, à defesa do Meio Ambiente, à defesa dos Direitos Humanos de uma maneira geral, está sendo recuperado. Essa fase pior, aparentemente, está ficando para trás. Ainda temos um procurador-geral muito complicado, que recentemente, por exemplo, revogou um parecer anterior da ex-procuradora Rachel Dodge, a respeito do mecanismo de combate e prevenção à tortura. Enfim, estamos vivendo tempos difíceis, mas acredito que a fase pior é o intervalo de 2016 a 2020.

Como as regionais do MPF reagiram a esse engessamento no núcleo duro de Brasília?

Agora eu vou entrar em questões internas. A Procuradoria-Geral da República é o órgão de cúpula, não só o procurador-geral, mas também as Câmaras de Coordenação e Revisão. E o que acontece quando o Aras assume, ele dá muito poder a essas Câmaras. E o que é um elemento típico da carreira do Ministério Público Federal, que é a independência, acaba sendo minada pela atuação dessas Câmaras. Elas começam a tentar exercer um controle sobre a base. Isso no início dá medo, pois começam os processos administrativos, começa a atividade das corregedorias e o pessoal se inibe. A gente tem que lembrar que é um MPF que cresceu na área criminal por conta da Lava Jato. Isso tudo se soma e a gente tem uma base acovardada, em um determinado momento. Isso é que parece que está sendo superado. Houve muitas ações. Eu tive que ler o relatório da CPI da Covid, pois fui fazer um júri, e fiquei impressionada, pois a maior parte de documentos feitos, os documentos jurídicos que a CPI colheu, foram ações propostas pelo MPF, em relação às viagens que o presidente Bolsonaro fez, sem respeitar as medidas locais de distanciamento, de uso de máscara, tudo foi alvo de ação judicial em várias partes do país, o que mostra, portanto, essa resistência voltando a ocupar o lugar que merece.

Aqui em MT, as últimas fronteiras contra o avanço do agronegócio são as terras indígenas e as áreas protegidas. Como adiar esse fim do mundo?

Quando se tem um consórcio do Executivo com o Legislativo para minar direitos territoriais indígenas, você não tem como. Direitos ambientais, de uma maneira geral, estão na chave dos direitos humanos. Não

tem outra alternativa a não ser apostar no Judiciário, infelizmente pouco treinado para isso. A situação é muito grave, preocupante, mas os espaços do Executivo são impossíveis na atualidade, e do Legislativo muito comprometidos. O fundamental esse ano é essa eleição. E o principal desafio é trazer essas questões para dentro dos territórios, para as ruas, sair desse ambiente de redes sociais. Não vai se vencer eleições dentro de redes sociais. As redes já foram capturadas pela extrema direita, eles sabem como fazer uso disso, como disseminar a falsidade. A gente tem que pensar que é um governo que não tem um projeto de pauta. Ele tem um projeto para desorganizar, para viver nesse caos permanente. E o processo eleitoral vai ser a mesma coisa. O grande desafio é ir para as ruas, trazer a juventude. É preciso saber o que passa nos territórios. Digo isso porque a gente pensa que todos os povos indígenas estão muito mobilizados contra essa devastação. Acredito que muitos estejam, mas não todos. Vejo, às vezes, algumas pessoas buscando reproduzir o modelo que deu ensejo ao processo constituinte, que foi uma forte mobilização popular de vários seguimentos, que se encontraram e aglutinaram forças no processo das Diretas. Ou seja, construção coletiva de uma sociedade que vai resolver suas injustiças sociais e históricas, suas discriminações de todos os tipos. Isso tudo vai mudando no pós 1988. E a sociedade que temos na atualidade é a que foi conformada pelo neoliberalismo. É uma sociedade do individualismo, em que o princípio da solidariedade não faz nenhum sentido. Mesmo que você esteja perdendo muito, se satisfaz se tiver alguém perdendo mais do que você. Isso está nos territórios, nas periferias, nos assentamentos da reforma agrária, infelizmente. É preciso conhecer, porque se a gente ficar idealizando, sem compreender o que está se passando nos territórios, a gente não vai sair dessa.



Foto: Ibama/MT



Foto: Arquivo pessoal



Foto: CIMI Mato Grosso do Sul

Outros governos também oprimiram os indígenas. O que há de diferente na situação que vivemos? Pode avaliar, também, a situação de Mato Grosso?

De fato a questão indígena nunca foi fácil em nenhum governo. Mas esse governo pega as institucionalidades para trabalharem contra as questões indígenas. Isso nunca vivemos. Já tivemos presidências da Funai mais ou menos atuantes, mas sempre comprometidas com os povos indígenas. Tivemos uma saúde que demorava para avançar, mas com profissionais comprometidos. Não é fácil passar de um regime de 500 anos de dominação para um regime de pluralismo, de autonomia. É preciso aprender com esse processo. Houve avanços, poucos, mas eles eram sempre de alguma maneira progressivos, no sentido de criar uma educação escolar indígena, uma saúde indígena. Isso tudo foi destruído. Não vamos entender esse governo se ficar comparando com lógica de governos anteriores. Ele é diferente, tenta implementar um projeto de colonização tal qual 1500. A questão de Mato Grosso é complicada, pois temos povos que já foram historicamente expulsos de seus territórios, É dos estados mais "agro" do país. A questão do dinheiro é uma bobagem, pois nós poderíamos dizer: vamos pagar o preço que for, vamos vender as terras a preço de mercado. Que seja, tem que resolver uma questão de direitos humanos dramática. Mas não passa por aí. Quem é de Mato Grosso sabe que desde Marãiwatsédé, o agro decidiu que não vai perder nenhuma área indígena. Não é questão de valor, é questão de ter as terras disponíveis para o plantio. A gente sabe que o agronegócio precisa de extensas terras para a monocultura. As terras indígenas e as reservas são empecilhos. Temos que apostar que vamos fazer algum presidente que vai ter coragem de enfrentar essa situação. É vontade política, não tem nada mais. Só pode julgar o Marco Temporal se tiver certeza de que a gente vai ganhar. Nenhum ministro ou ministra do Supremo Tribunal Federal pode ser tão insensível de colocar uma questão como essa para perder, para condenar os povos indígenas em situação pior do que estão vivendo na atualidade. A minha expectativa é que a gente saia dessa situação, ainda que não tenha o paraíso nas mãos, porque eu não acredito em soluções milagrosas. Mas que tenhamos maior racionalidade governamental, que voltemos a um terreno que há políticas públicas. Disputadas, mas que elas existam. O pior cenário que vivemos é esse, não há horizonte, não há o que fazer.



Foto: CIMI

Como iniciou sua trajetória no MPF e como ocorreu a criação da 6ª Câmara?

Fui uma pessoa que achou insuportável o curso de Direito. Não entendia o que faria com aquele diploma. Um dia vi uma matéria da PGR tratando dos povos indígenas, ainda no período pré-constituente. Era a questão das desapropriações no Parque do Xingu. Eu falei: descobri onde quero trabalhar, e fiz concurso. Quando entrei, logo me apresentei para trabalhar com a questão indígena. Isso foi em 1987. Em 1987, foi criada uma comissão de Direitos Indígenas. Nessa comissão, eu e o Eugênio Aragão entramos com a primeira ação para a demarcação de um território indígena, que foi o Yanomami. Eram terras contínuas, os 10 milhões de hectares haviam sido divididos em ilhas pelo governo Sarney. Outras duplas dessa comissão começaram a propor as grandes ações na região amazônica, como Alto do Rio Negro e Kayapó. No caso Yanomami, até teve uma característica engraçada. Um militar vindo da Ditadura tinha assumido o Ministério da Justiça, o Jarbas Passarinho, e a Terra Yanomami é toda ela de fronteira, e sempre o Calha Norte tinha um projeto de colonização dessas áreas. O ministro nos chamou para tratar dessa ação. Na reunião ele perguntou:

vocês têm certeza, 10 milhões de hectares para os indígenas? Como eles vão defender essa terra de invasão. Eu falei: mas ministro, que invasão? O senhor tem notícia de invasão? Houve no passado? A gente tem que trabalhar com fatos. Não assumiria no Direito a responsabilidade de dizer o que é uma área indígena, pois na Constituição ela é a área da organização social de um grupo, quem pode fazer esse estudo é a área da Antropologia. E à época havia uma tese de doutorado da Alcida Rita Ramos, da UNB, que era o substrato da ação. Ele concordou. E assim saiu a portaria declaratória. Como o Ministério Público foi todo transformado a partir da Constituição de 1988, demorou um tempo para se organizar internamente, de acordo com as atribuições. Só em 1993 é que surge a Lei Complementar do Ministério Público da União, e aí surgem as Câmaras de Coordenação e Revisão. E a Câmara que já surge nessa ocasião é a 6ª, destinada à organização dessa temática. Ela sempre foi ocupada por pessoas muito comprometidas com a causa indígena, que conseguiam disseminar isso na ponta. Hoje em dia, até nesse contexto adverso, a 6ª câmara é um interlocutor importante para fornecer informações para qualquer relatoria de direito indígena que venha ao Brasil.

Como a senhora avalia o modelo de desenvolvimento do país?

Tive dificuldade com todos os governos. Se você inaugura uma Constituição plural, é preciso pensar um projeto de desenvolvimento nacional que seja uma percepção comum da sociedade, não um projeto que é um olhar de uma minoria. Então, essa questão nunca foi a debate público, nunca foi para os povos indígenas, para as comunidades tradicionais, para as periferias. Nós não temos um modelo de desenvolvimento que seja bem discutido, bem negociado. O agro não surgiu nesse governo, os grandes projetos de desenvolvimento são anteriores. Isso a gente precisava discutir com muita seriedade, colocar na pauta para o debate eleitoral que vai acontecer esse ano.

Esse projeto de desenvolvimento é inevitável? Nós só temos como avançar se repertirmos o que fizemos há 500 anos? A exportação de commodities é nosso destino? A mineração é nosso destino? Isso tem que ser feito em áreas indígenas, em áreas de proteção? Temos que trazer essa discussão para o centro do debate público, do debate eleitoral. Nenhum governo pós 1988 teve compromisso com o debate a respeito do projeto de desenvolvimento nacional, e o debate para vencer as desigualdades regionais, que está no Artigo 3º da Constituição. Se você tem comunidades mais suscetíveis, é em cima delas que vai lançar um projeto desse tipo, que mina a capacidade de o grupo se organizar minimamente, de eleger seu destino coletivo. Mas essa questão está aí, precisa ser posta. ➔



Foto: Marcos Wesley/ISA

DO MARAHÃ AO TAPAUA os Paumari se reencontram

Imagens: Tainara de Proença/OPAN





JOSIE JERONIMO

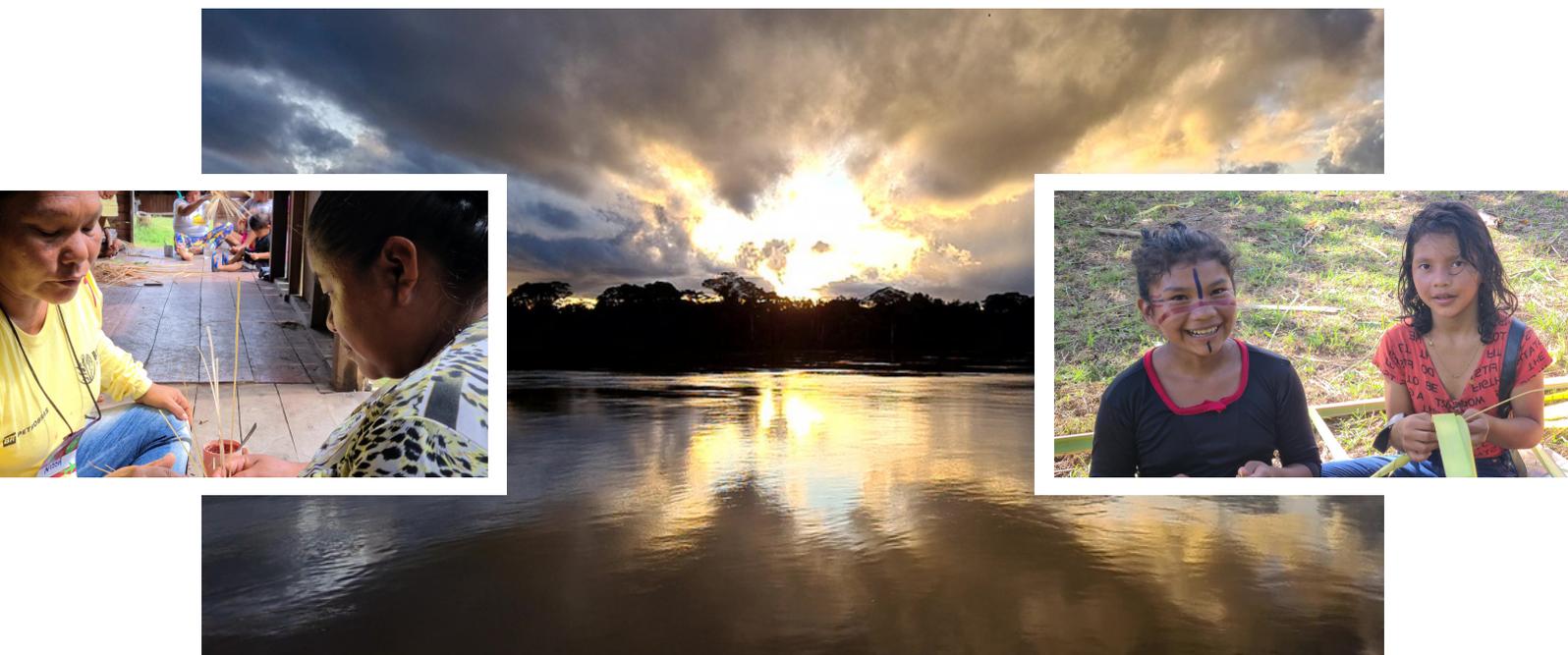
O que faz um Paumari ser Paumari? Alguns podem dizer que é o local de nascimento, no berço do médio Purus, que é a destreza do nado, a camaradagem com as águas, a comunhão com a natureza exuberante que dá a vida, a diversão, o alimento e a renda para as famílias viverem. Ainda, outros podem dizer que ser Paumari é obra e destino do parentesco, a hereditariedade que alinha as existências. Mas muitos dirão que tudo isso, que toda essência Paumari, está registrada, expressa, existe enquanto ato nos elementos da cultura, na beleza dos tecumes, nos cantos, nas danças e nas pinturas corporais.

Enfim, há muitos modos de se compreender um Paumari, mas olhar para essa realidade é apreender, também, que um pouco desse universo tem se dissipado, está ameaçado pela interposição de múltiplos elementos, como a religião, o modo de vida das grandes cidades, o assalto da tecnologia da informação, que invade e subjuga os territórios do inconsciente.

Atualmente, poucas pessoas conservam a língua Paumari, são fluentes e dominam as singularidades do idioma da família Arawá. E desses, nem todos mantêm o entusiasmo de dividir os conhecimentos linguísticos do povo com os mais jovens. Além da língua, conhecimentos, sabedorias do povo, geralmente compartilhadas de forma oral, como forma de resistência, de valorização do saber Paumari, também têm se perdido, a exemplo da cestaria, dos cantos, danças e rituais sagrados do povo.

Mas nem tudo que ocorre nessa dissipação cultural é resultado da falta de vontade de estar junto, de compartilhar, comungar os elementos que conectam os Paumari. A existência desse sentimento maior, que integra o povo, foi vivenciada no Intercâmbio da Cultura Paumari, realizado com o apoio da Operação Amazônia Nativa (OPAN), de 17 a 19 de abril, na aldeia Capanã, na Terra Indígena Paumari do Lago Manissuã, onde vivem os Paumari do Tapauá.





Nas aldeias da margem esquerda do afluente do rio Purus, a língua e a cultura Paumari sofrem de um progressivo desbotamento. A comunidade abriu as portas para o trabalho de missionários evangélicos, e a bem da verdade, os religiosos levaram aos indígenas do Tapauá serviços que deveriam ser prestados pelo Estado, como Educação e atendimento de saúde. Assim, ganharam a confiança dos Paumari e pouco a pouco substituíram os pajés enquanto líderes espirituais. A partir disso, o povo realizou uma releitura do mundo, desterrando a cultura tradicional.

O povo Paumari do Marahã, que vive nas terras próximas ao município de Lábrea (AM), porém, conseguiu manter vivos seus cantos, danças, celebrações e arte. Assim, em busca das sabedorias esquecidas, mulheres do povo do Tapauá decidiram convidar o povo do Marahã para visitar suas terras e realizar assim um Intercâmbio da Cultura Paumari.

Foi bonito de se ver o barco enfeitado, cores e sorrisos subindo o rio na viagem para reencontrar os parentes, com a feliz missão de compartilhar a cultura que os une. A embarcação que saiu do Marahã com destino ao Tapauá levou um grupo de 30 pessoas, indicadas pelas lideranças. Nessa comitiva de bibliotecas vivas da cultura Paumari, estavam contadores de histórias, artesãs, cantores e professores do idioma. "Quando eu cheguei lá no Tapauá, vi que poderíamos ensinar a cultura aos parentes, conversar com quem conhece o nosso idioma, nos esforçar para passar o idioma para nossos filhos. Foi muito bom", afirma José Osbete Morais Paumari.

O encontro aconteceu com a realização da AIPA e OPIPAM e OPAN com parceira com a Funai do Médio Purus e apoio do Projeto Raízes do Purus e USAID.



Quando o barco chegou, a comitiva do Marahã e os Paumari do Tapauá se reuniram em abraços abertados, conversas altas, cantoria e dança. Não disfarçaram a felicidade pelo reencontro. O Intercâmbio da Cultura Paumari reuniu 100 indígenas do povo do Tapauá e do Marahã. A distância que os separa é de menos de 300 quilômetros, no entanto, muitos não se viam há tempos. “Vi minha neta, vi os filhos dela. Fiquei muito alegre por encontrá-los com saúde. Foi bom ver as pessoas se abraçando. Eu trabalhava com artesanato, mas trabalhava sozinha. Foi uma alegria esse convite para trabalhar com os parentes do Tapauá. A gente é muito unido, Paumari com Paumari. Foi uma boa experiência ficar junto, ensinar, para continuar a ter balaio. Gostei, fiquei muito alegre, pois pude ensinar. Todos que ensinei ficarão com a lembrança de balaio. Espero que eles aprendam e continuem a fazer”, afirma Osmarina Farias Paumari.

A programação do encontro envolveu anciãos, adultos e crianças em oficinas de artes, rodas de conversa sobre a língua Paumari, apresentação de cânticos e danças tradicionais.

A oficina de tecelagem de balaio, voltada para o resgate da tradição dos teçumes, sensibilizou as mulheres mais jovens e reacendeu nas anciãs o orgulho da arte Paumari. “Vim da aldeia Terra Nova para o encontro. Minha vó sabe fazer balaio, mas eu nunca tive interesse em aprender. Para mim, não valia nada. Mas agora, vi que faz parte da nossa cultura, e que aprender garante que a história tenha um futuro”, reconhece a jovem Railane Silva de Oliveira.

*Na cosmologia do povo, o ato de tecer um cesto inclui uma série de “regras de dádiva” entre a mulher e a palmeira de arumã. Da perspectiva da palmeira, ela está dando sua própria pele para a mulher tecer. Por sua vez, a mulher entende que como retribuição deve tecer um cesto com um belo grafismo, o qual é percebido pela palmeira do arumã como uma nova pele, informa a pesquisadora Larissa Lacerda Menendez, em seu artigo *Da Pajelança à Evangelização: Reflexões sobre o Xamanismo Paumari*.*



As elaboradas cestas Paumari nascem de um processo complexo, que vai desde a coleta da fibra de arumã, seu preparo, quando a palha ganha uma coloração acastanhada, até o enlace do material de modo a reproduzir grafismos consagrados pelo povo. São desenhos que representam jiboias, caramujos, jabutis, costelas de tartaruga, pés de saracuras, estrelas, corações, jacarés, rabo de onças e espinha de peixes, uma infinidade de animais da fauna local e dos sentimentos do povo. Nunca é só um balaio, é o registro do imaginário, das histórias, de elementos afetivos para os Paumari. “Tudo isso me fez lembrar muito da minha mãe, pois aprendi com ela, por ela sei fazer artesanato, sei cantar. Tudo eu aprendi com ela e estou levando para o meu filho e para o meu povo”, conta Denise Lucio de Oliveira, professora de cestaria que dividiu seus conhecimentos com os Paumari do Tapauá no intercâmbio.

O povo se orgulha da cestaria e por isso abraçou a ideia de resgatar a tradição e o compartilhamento dos saberes necessários para a reprodução de sua arte. Das jeitosas mãos nascem balaio, paneiros, abanos, peneiras, esteiras e chapéus. Os tecidos carregam a identidade Paumari, e também podem fortalecer o laço cultural que os une, tendo ainda o condão de gerar renda para as famílias. Mas o intercâmbio foi bem além, como explica Deusilene Garcia Lopes Paumari, presidente da Associação Indígena do Povo da Água (AIPA). “O encontro não é apenas para aprender artesanato, é para falar a língua, aprender sobre a cultura. Isso é importante, pois aqui não falamos o idioma. Alguns vieram do Marahã para contar a história da nossa cultura, para a juventude conhecer e colocar em prática. Nós não ensinávamos para os mais jovens, porque não sabíamos. Agora temos o conhecimento e achamos que a juventude vai adorar muito”.

A disposição dos Paumari do Tapauá em resgatar elementos da cultura e o empenho dos Paumari do Marahã em ensinar fizeram do intercâmbio um momento histórico para o povo. E a realização dessa articulação contou com bravas guerreiras. Uma delas é Sara de Araujo da Silva Paumari, que passou de casa em casa, convidando as parentes.



“Foi uma honra poder receber e poder convidá-los. Eles saíram de suas terras, deixaram seus familiares para vir aqui nos ensinar. Quero agradecer pela paciência que tiveram com a gente. Esperamos convidá-los novamente, para o resgate da nossa própria língua, que a gente acabou perdendo. E como os mais velhos já se foram, nós não temos como aprender. Eu sabia que existiam outros Paumari, mas não os conhecia. Foi muito bom conhecer pessoas novas”.

Sarah conta que durante as aulas e oficinas sobre a cultura Paumari, o povo do Marahã também queria aprender com o povo do Tapauá sobre a experiência com a pesca, especialmente o manejo do pirarucu e o trabalho que tem proporcionado renda e melhoria de vida para as comunidades. “Podemos dar em troca os conhecimentos que adquirimos para vender nosso peixe, incentivar que eles se organizem, que tenham união, força.”

Assim, a partir dos teçumes, do trabalho das mulheres (*Gamo Vakadibadani Hida*), outros enlaces foram se reconstruindo. Quando o intercâmbio terminou, os Paumari haviam cantado juntos, dançado juntos, lembrado histórias do passado, revivendo elementos da cultura e se fortalecendo enquanto povo. →



QUEM?

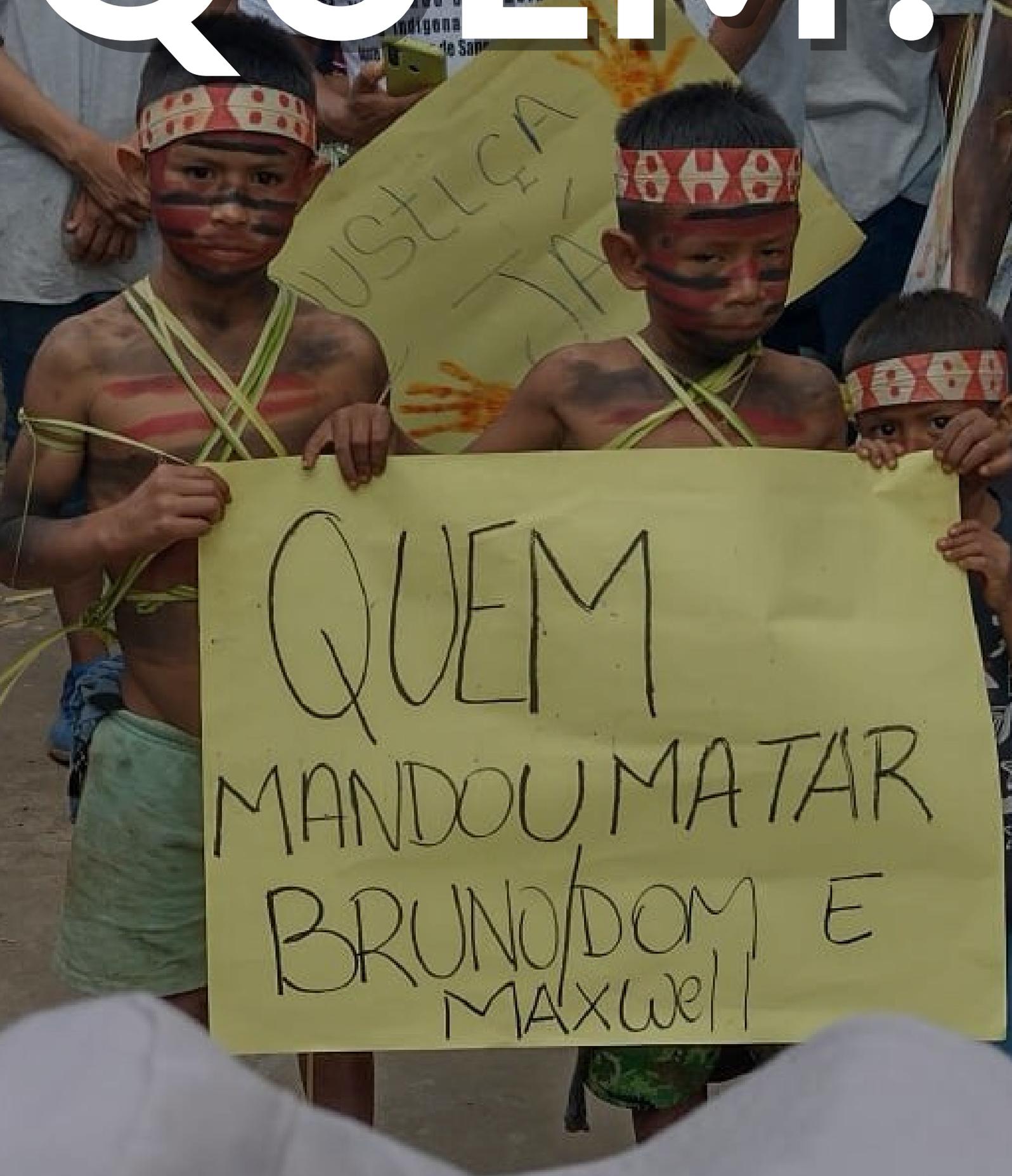




Foto: Flávio Souza

BRUNO E DOM:

O compromisso e a coragem dos que lutam pelos direitos dos povos indígenas

ELIAS BIGIO

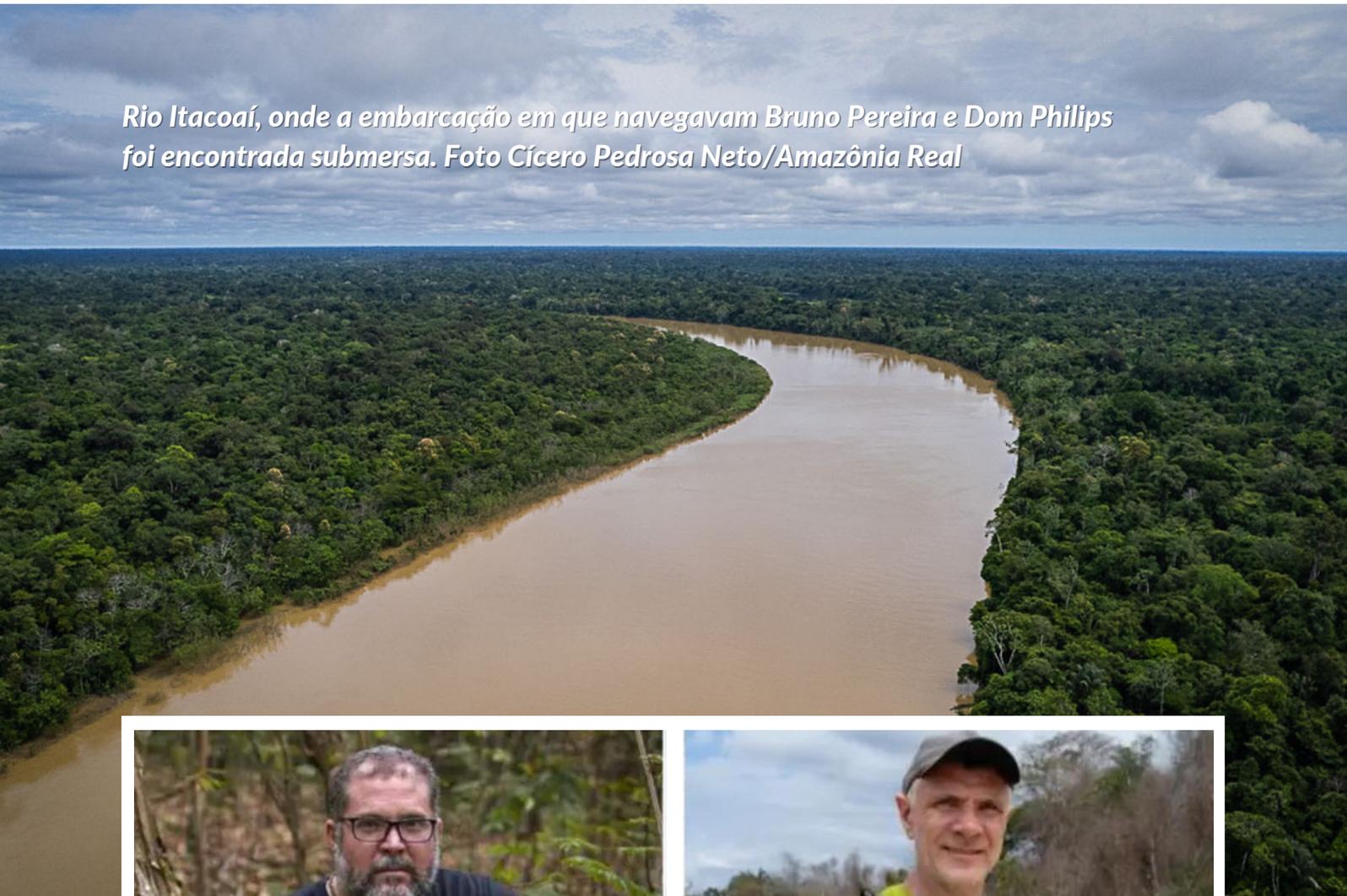
Eu quero dizer inicialmente da minha dor por ter perdido um grande amigo e uma pessoa que tinha profundo compromisso com a defesa dos direitos indígenas. O Bruno ingressou na Funai em 2010 por concurso público. Nós recebemos esses servidores no centro de formação em Sobradinho, em Brasília, e o Bruno logo de imediato optou por trabalhar no Vale do Javari. Foi trabalhar na administração regional de Atalaia do Norte, que é exclusiva para a proteção do Vale do Javari.

O Bruno fez um trabalho excepcional. A equipe é minúscula. Era uma equipe de menos de 20 pessoas pra uma terra indígena que é a segunda maior do país, com 8.400.000 hectares.

O trabalho lá era dividido entre a administração de Atalaia do Norte e a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, que é responsável pelo trabalho de proteção aos índios isolados. Têm confirmados 19 registros [de isolados] lá, em situações distintas – a maior parte delas

confirmadas e outras ainda em estudo. Mas é uma terra indígena que tem a maior concentração de povos indígenas isolados. É a terra onde vivem aproximadamente, entre os isolados e os povos contatados – com a história de contato de alguns anos, 20, 30 anos –, próximo a 8 mil pessoas.

Rio Itacoaí, onde a embarcação em que navegavam Bruno Pereira e Dom Philips foi encontrada submersa. Foto Cícero Pedrosa Neto/Amazônia Real



O Bruno atuou fortemente na administração e com a Frente no sentido de fiscalizar aquela terra indígena, que é o papel do Estado: fiscalizar e dar proteção e garantir direitos. Garantir direito à Educação, garantir saúde, garantir que aquela população vivesse de forma digna. O Bruno também buscou parceria porque existem umas cinco comunidades próximas a ribeirinhos, pessoas que também vivem uma situação de muita precariedade e uma situação econômica muito difícil. E o Bruno procurou trazer essas pessoas para próximo dele, com as lideranças, para buscarem alternativas já no sentido de que eles não precisassem explorar a Terra Indígena. Porém, com parte dessa comunidade, é fácil chegar a um entendimento, as coisas vão sendo construídas. Mas têm outros interesses muito maiores, que são os garimpos, que é a madeira, que é o peixe.



Elias Bigio. Foto: Flávio André



Foto: Dafne Spolti/OPAN

Eu fui o coordenador geral de Índios Isolados durante alguns anos [CGIIRC/Funai]. E uma das vezes que a gente flagrou essa exploração lá de peixes para exportação, nós flagramos 30 mil alevinos, um barco com 30 mil alevinos que ia para o Peru e do Peru seria exportado para a Ásia. Em termos de pescado é isso. É uma situação de depredação total. E aí compromete a vida dos índios e daquela população ali. Então o Bruno, depois de um tempo, ele sai da administração, e vai para Brasília, para ser o coordenador geral de Índios Isolados. A Coordenação Geral de Índios Isolados, ela tem sob sua responsabilidade, todos os estados da Amazônia e uma referência na Serra da Mesa, e uma referência na Mata do Mamão, em Goiás.

Ele atuou no sentido de buscar uma articulação com Ibama [Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis], com a Polícia Federal, para fazer a fiscalização, para fazer a extrusão dos invasores. Então o Bruno sai de Atalaia para fazer esse trabalho em toda a Amazônia.

Pelo trabalho exitoso que ele estava fazendo de tirada dos garimpeiros, ele termina sendo demitido, exonerado da chefia. Então ele se junta à Univaja [União dos Povos Indígenas do Vale do Javari]. Os índios não tendo a fiscalização adequada, que é dever do Estado, criam eles próprios suas estratégias para proteção do seu território e fazem um projeto de fiscalização. E o Bruno estava atuando nesse projeto. O Bruno não estava passeando ali. O Bruno já vinha há um tempo, ele construiu com os índios a

estratégia de proteção do território pelos próprios índios, o Bruno estava assessorando. E aí para dar a dimensão do trabalho é que tinha um jornalista lá, para divulgar, para dizer quais eram as condições de trabalho que eles tinham. Os riscos de vida que eles estavam. Eles e os índios. E ele não estava com medo porque pra fazer esses trabalhos você não pode ter medo. Você tem que ter coragem e compromisso. E o compromisso dele era com a defesa dos direitos indígenas. Então o Bruno estava ali fazendo isso. Infelizmente foi morto por estar fazendo a defesa dos direitos dos índios. ➡

Elias Bigio foi coordenador da Coordenação de Indígenas Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) da Fundação Nacional do Índio (Funai) e é o atual diretor-presidente da Operação Amazônia Nativa (OPAN).

O relato marcou o ato público realizado dia 21 de junho, em Cuiabá (MT).



ISOLADOS

NEGLIGÊNCIA DO ESTADO

abandona indígenas à mercê de invasores das terras, garimpeiros e madeireiros



TÚLIO PANIAGO

No extremo noroeste de Mato Grosso, abrangendo parte dos municípios de Colniza e Rondolândia, vivem Baita e Tamandua, dois indígenas em isolamento voluntário na Terra Indígena Piripkura, área de 243 mil hectares cujo processo de demarcação se estende por mais de 35 anos. Embora haja relatos de outros sobreviventes, eles foram os últimos Piripkura contatados na região. Sozinhos, escondendo-se de grileiros e madeireiros, conseguiram resistir nestas últimas décadas, mas a presença de invasores é cada vez mais constante e ameaçadora.



A região de mata densa, porta de entrada da Amazônia Legal, é cercada por latifundiários e madeireiros cobiçosos em alargar as fronteiras de suas atividades. Não por acaso, nos últimos dois anos a TI Piripkura foi a mais desmatada entre todos os territórios com presença de isolados. Neste contexto de devastação, uma terceira sobrevivente, Rita Piripkura, irmã de Baita e tia de Tamandua, luta pela demarcação do território e pelo direito dos parentes isolados de se manterem assim. Em outros tempos, ela foi sequestrada e mantida em cárcere privado em uma fazenda nas redondezas. Hoje vive na TI Karipuna, em Rondolândia, onde é casada com Aripán Karipuna, mas ainda sonha em voltar a morar na terra de seu povo.

Os três são os únicos Piripkura contatados desde a década de 1980, remanescentes de massacres que dizimaram seu povo na segunda metade do século XX. O primeiro, ocorrido na década de 50, foi protagonizado por seringueiros que invadiram suas terras e arrasaram as aldeias. Em seguida, no final da década de 60, a colonização da região se intensificou. A crescente expansão da fronteira agrícola promoveu a segunda escalada de mortes, decorrentes de confrontos e doenças trazidas pelos não-indígenas.

Posteriormente, madeireiros foram responsáveis por uma grande chacina na década de 80. Neste contexto, imensas áreas de floresta foram derrubadas para a criação de três fazendas nos arredores da TI. Esta trinca de latifúndios, que hoje se fragmentou entre os herdeiros, somava 1,4 milhão de hectares, o que equivale a mais de nove vezes a área da cidade de São Paulo.





No Brasil, há registros de 120 povos isolados, em 86 territórios. Destes, 28 tiveram a presença confirmada pela Fundação Nacional do Índio (Funai). A TI Piripkura foi identificada em 1985, porém a restrição de uso da terra só se deu em 2008. Os isolados, como são chamados os que rejeitam contato com não-indígenas e mesmo com outros povos indígenas, dependem exclusivamente dos recursos naturais para sobreviver.

A opção pelo isolamento voluntário geralmente se dá após experiências traumáticas de contato. Estes grupos, alguns restritos a poucos indivíduos, tentam manter seus respectivos modos de vida e ajudam a preservar a biodiversidade existente em seus territórios. “O isolamento é uma maneira que encontraram para seguir existindo. Trata-se de um direito”, ressaltou Angela Kaxuyana, da Executiva da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), durante o Acampamento Terra Livre 2022.





Todavia, os invasores desconsideram o direito dos isolados sobre seus territórios, principalmente quando não há demarcação. No último biênio, por exemplo, foram devastados mais de 2.300 hectares de florestas nativas na TI Piripkura. E o montante do estrago acumulado ao longo dos anos já soma mais de 12 mil hectares, o que equivale a sete milhões de árvores derrubadas. Os dados são do sistema de monitoramento independente do Instituto Socioambiental (ISA).

Após um sobrevôo, em outubro de 2021, constatou-se a expansão de atividades ilegais dentro da TI. Os flagrantes foram compilados no dossiê “Piripkura: Uma Terra Indígena devastada pela boiada”, produzido pela Coiab e pelo Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI).

O documento apresenta imagens de “fazendas consolidadas no interior da TI Piripkura com construções rurais, cercas, pastagens manejadas, estábulos, ramais de acesso e pistas de pouso. Ocupações rurais recentes, com intensa movimentação de caminhões e tratores, construção de açudes, cercas, transporte de gado, estábulos e eletrificação rural”.

De acordo com Elias Bigio, diretor-presidente da Operação Amazônia Nativa (OPAN) e ex-coordenador-geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, as pessoas estão se sentindo seguras em invadir terras indígenas porque não há punição. “Em Piripkura, as pessoas que invadiram estão lá, nunca foram retiradas”, frisa.

A insaciável sanha dos invasores pode ser mensurada pela quantidade de fazendas em atividade no interior da TI Piripkura. Em relatório de 2020, intitulado “A análise de imóveis rurais cadastrados no Sistema Mato-Grossense de Cadastro Ambiental Rural (SIMCAR) sobrepostos a terras indígenas em Mato Grosso”, a OPAN apurou um total de 87.194 hectares de imóveis cadastrados em sobreposição a TI, o que corresponde a mais de um terço (36%) de toda a área.



Caso o Estado brasileiro tivesse um histórico de reconhecimento e valorização dos povos indígenas, possivelmente a população Piripkura não estaria, hoje, reduzida a três indivíduos. Entretanto, séculos de violações resultaram no extermínio ou dizimação de muitos povos.

E embora a Funai esteja passando por um processo de desmonte que vem de longa data, é inegável o abrupto agravamento da situação nos últimos anos. Desde a posse do presidente Jair Bolsonaro, em 2018, algumas posições do órgão indigenista oficial do Estado têm se revelado contrárias à sua missão de proteger e promover os direitos dos povos originários, o que remete a outros capítulos da história brasileira, como o período da Ditadura.

“O atual governo não delimitou nenhuma área indígena, uma coisa que é inédita nos governos pós redemocratização. Este é o único governo que só movimentou processos de reconhecimento territorial porque foi acionado na justiça”, comenta Leonardo Lenin, indigenista do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (Opi). Esta conjuntura, dada a condição de vulnerabilidade de povos isolados, indica um crescente risco de extermínio. “A Funai tem favorecido interesses que são contrários aos interesses indígenas. Se houver um genocídio, o Estado deve ser responsabilizado”, reforça Elias Bigio.

Uma das ações mais polêmicas promovidas pela Funai foi a diminuição do tempo de vigência das Portarias de Restrição de Uso de terras indígenas com a presença de isolados. O instrumento jurídico tem por finalidade garantir a segurança de indígenas e pesquisadores enquanto são realizados os estudos necessários para a demarcação, portanto, enquanto estiver em vigor, proíbe a circulação e ocupação de pessoas não autorizadas, bem como a exploração comercial da terra.

Vale ressaltar que o processo de demarcação de território dos povos isolados é mais complexo que os demais, afinal, por conta da condição de isolamento, é um trabalho que não conta com a participação indígena. Trata-se de um processo que exige tempo para a obtenção de resultados confiáveis, por isso as portarias de restrição de uso costumavam ter validade de dois a três anos, entretanto, desde setembro de 2021 a Funai tem renovado estas portarias por apenas seis meses.

O problema, como explica Elias Bigio, é que a redução do tempo de restrição de uso enfraquece a proteção territorial, coloca em risco os isolados e fragiliza o próprio instrumento legal. “Com apenas seis meses não é possível concluir um trabalho de identificação, então as pessoas da região, que têm interesses nas terras e nos patrimônios indígenas, criam a expectativa de que essa terra não será regularizada, entende-se que pode continuar avançando sobre o território”.

A Funai tem editado, desde 2008, sucessivas Portarias de Restrição de Uso para a TI Piripkura, sempre com vigência de dois a três anos, com exceção das duas últimas, de setembro de 2021 e março de 2022, que prorrogaram por um semestre. “É a famosa ‘ação para inglês ver’. É mais um indício do desmonte da política de proteção aos isolados. Está no contexto da desconstrução dos direitos indígenas adquiridos”, avalia Leonardo Lenin.

Por fim, vale ressaltar que, ainda em 1985, os indigenistas Ivar Busatto e João Lobato encaminharam uma carta ao presidente da Funai informando sobre a necessidade de interdição da TI Piripkura. “Se medidas urgentes não forem tomadas visando a imediata interdição da área, o grupo indígena estará fadado ao desaparecimento, sendo que às vezes esta extinção se dá devido à omissão ou morosidade com assuntos mais urgentes”. ➔

Onde há aplicação descontrolada
de pesticidas, há saúde?



Foto: Thiago Foresti / OPAN

O DERRAME DE AGROTÓXICOS

DAFNE SPOLTI

A população da Terra Indígena (TI) Tirecatinga quer mais qualidade de vida. Apesar da exuberância da região em que vivem, entre os rios Papagaio e Buriti, na sub-bacia do Juruena, o cotidiano não tem sido fácil. Isso porque no entorno da terra que abriga os Nambikwara, além dos Manoki, Paresi, Terena e de outros povos, a produção de commodities durante todo o ano faz com que a região seja uma das que mais aplicam agrotóxicos, promovendo assim um contexto arriscado para a saúde.

Durante uma oficina realizada pela OPAN e o Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (Neast), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com apoio da associação de mulheres de Tirecatina, a Thutalinasu, os indígenas dessa terra relataram impactos decorrentes da aplicação por agrotóxicos: problemas de fertilidade, aumento de bebês portadores de necessidades especiais, adoecimento físico e mental, além de implicações para a água, os roçados e outros alimentos de consumo das comunidades, que também se tornam fonte de contaminação.

Os presentes contaram que hoje há casos de aborto espontâneo e muitas crianças que nascem com necessidades especiais, como fissura labiopalatal, ou problemas de saúde. Edna Zoloizqueimairo, Paresi da aldeia Anchieta, contou sobre caso de uma bebê recém-nascida que sofria por ataques epiléticos e que ela acredita ter relação à quantidade de agrotóxicos a que estão expostos.

Ela está preocupada com as futuras crianças que vão nascer. “Eu não produzo mais filhos, mas eu tenho meus filhos e netos que produzem. Tem os filhos deles, os meus bisnetos, e já vou ter tataranetos. O futuro deles não vai ser bom, porque o agrotóxico vai chegar na vida deles, no sangue deles”.

Tirecatina fica em uma das regiões que mais utilizam agrotóxicos em todo o país. Para se ter ideia, de acordo com informações sistematizadas pelo Neast referentes ao ano de 2017, enquanto a média de exposição a agrotóxicos no Brasil é de 7,2 litros por pessoa, por ano, em Mato Grosso a média é de 65 litros, e em Sapezal, onde se localiza Tirecatina, de 364 litros. Nos municípios vizinhos, Campos de Júlio e Campo Novo do Parecis, são 606 e 609,4 litros, respectivamente. “Somos os que mais utilizamos agrotóxicos no Brasil, e o Brasil é o que mais utiliza agrotóxico no mundo”, observou a professora Márcia Montanari, do Neast.

A atividade foi realizada por meio do projeto “Do Campo ao Corpo”, executado em uma parceria entre o Neast, vinculado ao Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no final do mês de abril, em Poconé.



Foto: Lucas Santana

Parte disso se deve ao plantio de algodão, que tem uma aplicação de 28,6 litros de agrotóxicos por hectare, ficando atrás somente o tabaco, com 60 litros por hectare, conforme dados de 2015 do Neast. Além disso, o Núcleo constatou que durante 20 anos, até 2019, Sapezal e Campo Novo do Parecis aparecem entre os três municípios com maior produção de algodão no país. “Onde tem plantio de algodão, tem no mínimo um sinal de alerta, porque a gente não sabe qual a segurança de estar ali”, observou a professora Haya Del Bel, também do Neast da UFMT.

A convivência com esses produtos tem causado, ainda, mal-estar e doenças em crianças, jovens, adultos e pessoas idosas. Os indígenas relataram dores de cabeça, inclusive acompanhadas a sangramento do nariz, diarreias, aumento de casos de pedra na vesícula, apendicite, disfunção de tireoide e outros. Também mencionaram alterações na saúde mental, como aumento de ansiedade e depressão.



Foto: Suyani Katikitalosu Terena Nambikwara.



De acordo com a professora Márcia, um dos agrotóxicos que podem provocar esses sintomas é o clorpirifos, que está entre os 10 mais utilizados em Mato Grosso, e está associado a danos crônicos neurológicos como irritação, nervosismo, ansiedade e depressão.



Foto: Thiago Foresti/OPAN

A contaminação das águas afeta os peixes e, como consequência, a saúde dos indígenas, que se alimentam do pescado.

A presença dos agrotóxicos tem contaminado os rios de Trecatinga e os alimentos. As lavouras do entorno fizeram reduzir algumas espécies de vegetais e animais, que têm pouco espaço protegido para viver, e aumentaram outras, que se alimentam do que é produzido na lavoura, como soja e milho. O porco do mato é um desses. Às vezes, até mesmo de forma proposital, são colocados agrotóxicos nas fazendas vizinhas para controlar a quantidade dos animais. Porém, os



Foto: Thiago Foresti / OPAN

que não morrem, podem ser consumidos em Tirecatunga, causando contaminação nas pessoas. Moacir Nambikwara, da aldeia Utariti, mencionou ainda as cevas feitas para pesca, que acabam por encher os peixes com soja, contaminando o alimento e causando morte nos animais pelo estofamento dos grãos.

Outros alimentos também são prejudicados. Diversas pessoas comentaram sobre o pequi, que há duas safras não têm produzido nada, impactando na alimentação e na geração de renda das comunidades. Também foi mencionada a mudança de sabor de alguns alimentos. Leontina Nambikwara mora na aldeia Vale do Buriti, que fica próxima a

lavouras. Ela disse que o tempo todo tem aviões de pulverização passando sobre sua comunidade e que acredita que os agrotóxicos têm impactado até mesmo o sabor de alimentos como o mel, como se estivesse um pouco salgado. Cleide Adriana da Silva Terena, da aldeia Serra Azul, presidente da associação Thutalinasu, destacou a preocupação com pesticida que contamina o roçado. Na aldeia Novo Horizonte, onde morava antes, uma vez os pés de mandioca murcharam, engrouinharam, e ela ficou sem entender porque, e só depois se deu conta de que tinha relação com a pulverização aérea que ocorria.

Além disso, Cleide falou da contaminação da água, já impactada no Rio Buriti por conta de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), e agora também pelos agrotóxicos. “O nosso rio, coitado, está muito judiado. Nossas águas estão pedindo socorro. De uma forma ou de outra, estão sendo afetados”, disse ela, explicando que o agrotóxico das lavouras desce durante a abertura das comportas da PCH.

Esse conjunto de situações, amplamente analisadas no encontro, é motivo de angústia. O problema agora mobiliza a comunidade a criar um outro contexto, que favoreça a qualidade de vida. “A pergunta é: como dá para paralisar isso, ou então dar uma diminuída? Como fazer para que os empresários, os latifundiários ou lavoureiros diminuam isso?”, questionou Geraldo da Silva Terena, da aldeia Anchieta. ➔

OS AGROTÓXICOS E AS DOENÇAS QUE CAUSAM

GLIFOSATO - Teratogênico, mutagênico e cancerígeno

2,4 D - Teratogênico, mutagênico e cancerígeno

ATRAZINA - Teratogênico e cancerígeno

MALATIONA - Mutagênico e cancerígeno

MANCOZEBE - Teratogênico, mutagênico e cancerígeno

ACEFATO - Teratogênico, mutagênico e cancerígeno

PARAQUAT - Teratogênico e cancerígeno

CLORPIRIFOS - Teratogênico, mutagênico e cancerígeno

IMIDACLOPRIDO - Mutagênico

CIPERMETRINA - Teratogênico e cancerígeno

CARBENDAZIM - Teratogênico e mutagênico

CARBOSULFANO - Mutagênico e cancerígeno

Fonte: INDEA/MT, 2019; Relatórios NEAST/2019





CASTANHAL: A FLORESTA QUE SUSTENTA GERAÇÕES

Imagens: Valdeson Vilaça/OPAN

A COLETA DA CASTANHA NA TI CAITITU

JOSIE JERONIMO

No fim do inverno amazônico, as castanheiras abrem-se em flor, e numa sequência igualmente exuberante, espalham seus ouriços recheados de amêndoas pela floresta. A esse derrame de sementes aos pés das castanheiras, dá-se o nome de safra. Mas para os povos indígenas que vivem na Terra Indígena (TI) Caititu, na região do médio rio Purus, a ida aos castanhais para a coleta e quebra da castanha não é somente parte da socioeconomia extrativista, mas uma liturgia

ancestral com a floresta. “Meu pai me ensinou assim: filho, um dia você vai querer ter um castanhal para trabalhar com sua família. No começo, é preciso limpar o castanhal, ter paciência e amor com o castanhal, olhar para ele, falar com ele. O castanhal é seu pai, ele é floresta da selva, você vai ser o filho dele. Assim, meu pai falou para mim, e hoje eu tenho um castanhal. Mas antes disso, trabalhei nove anos sem colher”, afirma Manoel Tenharimn, o Duca.

A castanheira é uma árvore que vive no mínimo cinco décadas. E a longevidade dessas gigantes amazônicas faz com que atravessem gerações contribuindo para o sustento de uma mesma família. O laço dos povos indígenas com seus castanhais pode ser explicado, em parte, pela parceria intergeracional que as comunidades têm com a floresta. “A castanha é boa, ela dá renda para a gente, já faz parte da família da gente. Um castanhal bonito é só o ouro”, reforça Giully De Souza Oliveira Apurina, extrativista da TI Caititu.



A castanha-do-Brasil é de fato um tesouro verde, está presente em cerca de 300 milhões de hectares do território nacional amazônico. E essas majestades, que chegam à altura de um prédio de 16 andares, também contribuem para a existência de espécies que precisam de sombra para sobreviver. A interação de cuidado e proteção das

gigantes amazônicas reelabora a forma como os extrativistas encaram o árduo trabalho. Para eles, as expedições de quebra da castanha têm um significado de continuidade, de ancestralidade, como relembra Gilmar Silva Mariano. “Essas folhas de babaçu tecidas se chamam panaco, serve para colocar a castanha dentro. Meu pai me ensinou a fazer. Quando venho aqui, lembro da primeira vez que peguei castanha com ele. Eu não sabia nada. Ele me mandou colocar as castanhas no panaco e eu coloquei o quengo com tudo, e sinalizei: pai, já enchi. Então ele me explicou que a gente só coloca a castanha dentro do panaco”.

Durante a safra, os coletores chegam a passar três meses em acampamentos. Fazem isso, pois é longa a viagem das aldeias ao castanhal. Percorrem quilômetros de barco, pelos rios, depois enfrentam trilhas na mata. É como uma visita à casa das anciãs da família. Trabalham muito, mas cantam, contam histórias e vivenciam a natureza. A formação dos castanhais nativos da Amazônia está diretamente vinculada ao manejo das populações tradicionais. Os extrativistas realizam serviços ambientais que preservam essas florestas. Cuidam das árvores e limpam o caminho de acesso até elas. “É importante fazer essa expedição todos os anos, para mantê-las preservadas, para no próximo ano ter frutos para a gente colher e levar recursos para manter a família da gente”, afirma Giully.

As etapas da cadeia produtiva da castanha, que são passadas dos pais para os filhos, em seguida gerações, começam com a abertura dos caminhos que darão achegamento aos pés das castanheiras. É um trabalho de desbravamento que exige força, conhecimento da mata e arrojo. Assim que avistam os frutos, eles coletam os ouriços e os reúnem junto às castanheiras, em uma pilha que chamam de “montoeira”.



"Quando venho aqui, lembro da primeira vez que peguei castanha com meu pai."



Após horas de caminhas exploratórias coletando os ouriços, os castanheiros se reúnem para “quebrar o quengo”. Os terçados afiados cantam alto, passam a uma distância pequena dos dedos dos coletores, cortando a parte superior dos ouriços e revelando a cabaça repleta de amêndoas. “Olha essa, que beleza, só castanha grande”, comemora Giully mostrando o ouriço ao companheiro.

Além de todo o trabalho, os castanheiros precisam contar com a sorte da boa safra. Geralmente, apenas 60% das castanhas são boas para a comercialização das amêndoas inteiras. As quebradiças e de menor tamanho são aproveitadas como subproduto, de menor valor. Com os quengos abertos, os coletores passam a procurar folhas de babaçu para confeccionar os panacos, “mochilas” em que carregarão as castanhas nos quilômetros de trilha. As alças dos panacos são feitas de tauari, uma fibra muito forte, capaz de sustentar os mais de 50 quilos que cada coletor leva nas costas, até o ancoradouro em que ficam os barcos que transportaram as castanhas até os pontos comerciais, nas cidades.





A dedicação à floresta, aos castanhais e ao comércio da castanha nem sempre retorna aos indígenas da TI Caititu a renda que precisam e merecem para tocar a vida. Muitas vezes, nas idas para a quebra da castanha eles arrastam um histórico de dívidas contraídas com comerciantes locais, e o saldo da coleta é insuficiente para cobrir as despesas da viagem e acertar as contas com seus credores.

Em 2021, a Operação Amazônia Nativa (OPAN), a Associação dos Produtores Indígenas da Terra Caititu (APITC) e o coletivo de castanheiros da Caititu desenvolvem um projeto piloto que tem o objetivo de contribuir para a conquista da autonomia financeira dos extrativistas, fortalecimento da organização social e gestão do coletivo, e incentivando boas práticas que impactem na qualidade e no volume de produção. O projeto consiste em formar uma espécie de poupança coletiva (capital de giro), assegurando aos castanheiros recursos para as despesas de locomoção e alimentação no próximo período de colheita, sem depender dos “patrões”, como são chamados aqueles que emprestam dinheiro ou praticam o sistema de aviamento.

No sonho coletivo que estão sonhando agora, o objetivo é que as dívidas sejam quitadas e a produção ocorra sem prévios compromissos financeiros.

Nessa primeira etapa, a poupança é feita em latas de castanha, que são comercializadas posteriormente em grupo. Os trabalhadores só estão conseguindo reservar essas latas, mas especificamente os recursos gerados com a venda delas, porque boa parte do custo de produção é assimilado no âmbito das estratégias do projeto. Além da cooperação para a atividade, os extrativistas estão recebendo noções de educação financeira para entenderem o quanto a dívida afeta a vida, se torna impagável e prejudica qualquer projeto futuro. “Reuniões de planejamento de safra estão sendo realizadas, permitindo às comunidades conversarem sobre os processos, estabelecerem uma agenda de produção, depois fazerem uma avaliação.

O trabalho traz novos elementos, olhares técnicos para a atividade tradicional, um olhar que aprimora a geração de renda. Quando eles conhecem o custo da produção, sabem se estão ganhando dinheiro ou se estão pagando para trabalhar e criando dívida. Com isso, a relação entre os extrativistas e as usinas fica mais justa. Quanto mais organizados eles estiverem, melhor encararão o processo, reduzindo o impacto do patrão e do intermediário”, afirma Diogo Giroto, coordenador do Programa Amazonas, da OPAN.

Aos poucos, o trabalho tem surtido efeito e os castanheiros estão percebendo o quanto é importante ter reserva para iniciar a próxima safra. O grupo ainda não é uma organização formalmente constituída, com CNPJ próprio, assim, os recursos do caixa, que já chegam a R\$ 50 mil, estão sendo gerenciados pela APITC, que vem nos últimos anos se aproximando dos castanheiros e ancorando as questões mais formais desse trabalho.

Mexer no sistema de aviamento que envolve a cadeia da castanha não é uma tarefa simples, envolve diversas dinâmicas sociais altamente enraizadas na rotina das comunidades. O indigenista Valdeson Vilaça acompanha de perto a rotina dos castanheiros da Terra Indígena Caititu. Ele explica que a adesão dos trabalhadores ao projeto depende de um arranjo em que todos se sintam contemplados e que o objetivo maior seja a qualidade de vida dos povos indígenas que vivem das atividades extrativistas. “Nosso propósito é que o castanheiro tenha autonomia. Que no momento em que estiver planejando a ida para a safra, não precise se endividar, não precise ir sem ter a noção exata de quanto de castanha precisa para pagar uma dívida, e tampouco voltar sem ter produto suficiente para pagar essa dívida”, afirma. Atualmente, o trabalho apoia 31 famílias, com previsão de coletar 750 latas de castanha para formar um capital de giro coletivo de mais de R\$ 47 mil.



A manutenção do grupo, com a criação de um regimento interno para o coletivo, também está entre as missões que vêm sendo trabalhadas. Valdeson explica que há regras para a participação no grupo e para o acesso aos apoios dos projetos. O uso do fundo coletivo vem sendo discutido e o grupo vem preparando estratégias para seu funcionamento e sua manutenção nos próximos anos.

Todo esse trabalho possibilita a retirada dos castanheiros do sistema de aviamento tradicional, o apoio por meio de orientação técnica e financeira para a gestão dos recursos e, ainda, o incentivo à proteção das florestas. Valdeson Vilaça conta que uma das principais preocupações dos castanheiros é a sobrevivência das árvores, sua saúde e conseqüente produção de ouriços. O indigenista relata que em alguns piques (conjuntos de castanheiras) há indícios de manejo incorreto. As famílias apoiadas também estão desenvolvendo técnicas de limpeza e manutenção das castanheiras, para garantir maior produção e vitalidade das árvores. “Quando o indígena cuida do castanhal, ele cuida de toda a floresta. O extrativismo colabora muito para a manutenção do ecossistema, mantém o equilíbrio. Uma coisa é derrubar uma árvore, outra é limpar para que ela produza mais frutos. Com o manejo correto, a polinização é favorecida, a manutenção daquele ecossistema é favorecida”, afirma . ➤

OS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOULAS DO ALGODÃO

Técnica milenar de manejo do algodão entre os indígenas é indicada em estudo, que aponta os desafios e descobertas dos povos tradicionais sobre a produção do algodão sem modificações genéticas e sem uso de agrotóxicos.



BEATRIZ DRAGUE RAMOS

De forte significado cultural para os povos indígenas, as comunidades quilombolas e os pequenos agricultores de Mato Grosso, as sementes de algodão crioulo e seu plantio perpassam gerações. Além de serem utilizadas para a confecção de artefatos como redes, bolsas e tipóias, o algodão é usado também como remédio para muitas doenças e valorizado em diferentes rituais, como no casamento dos indígenas Bakairi. Isso é o que mostra o relatório “O algodão crioulo no Mato Grosso e as técnicas de manejo tradicional”, da consultora Gabriela Werneck Regina.

Segundo a autora, os modelos de manejo do algodão praticados pelos indígenas, quilombolas e assentados “promovem práticas agroecológicas, econômicas e sociais, de soberania alimentar”, que se contrapõem à monocultura e ao uso intenso de agrotóxicos, já que esses tipos de grãos não possuem modificação genética ou utilização de produtos. Com isso, o manejo feito por esses grupos na prática da agrofloresta, com espécies locais e adaptadas, permite que a natureza faça por si “o trabalho de enriquecer solo, recuperar áreas e possivelmente lençóis freáticos”, traz o estudo, que revela parte da geografia das sementes crioulas de algodão no estado mato-grossense.

A pesquisa localizou esse tipo de produção, baseada na agroecologia e em técnicas tradicionais, em roças feitas por diversos povos indígenas. Dentre eles, o povo Manoki, da Terra Indígena (TI) Irantxe, em Brasnorte, os Tapirapé, que vivem na TI Urubu Branco, em Confresa, o povo Bakairi, na TI Bakairi em Paranatinga, o povo Myky na TI Menkü, em Brasnorte, assim como o povo Yudjá, no Parque Indígena do Xingu (PIX), em Marcelândia.

O manejo do algodão crioulo também foi verificado entre os Kayabi e Mehinako, do PIX, em Gaúcha do Norte, os Enawenê Nawê, da TI Enawenê Nawê, em Juína e os Bororo, da TI Meruri, em General Carneiro, e os Xavante, das TIs Marãiwatsédé e Pimentel Barbosa.



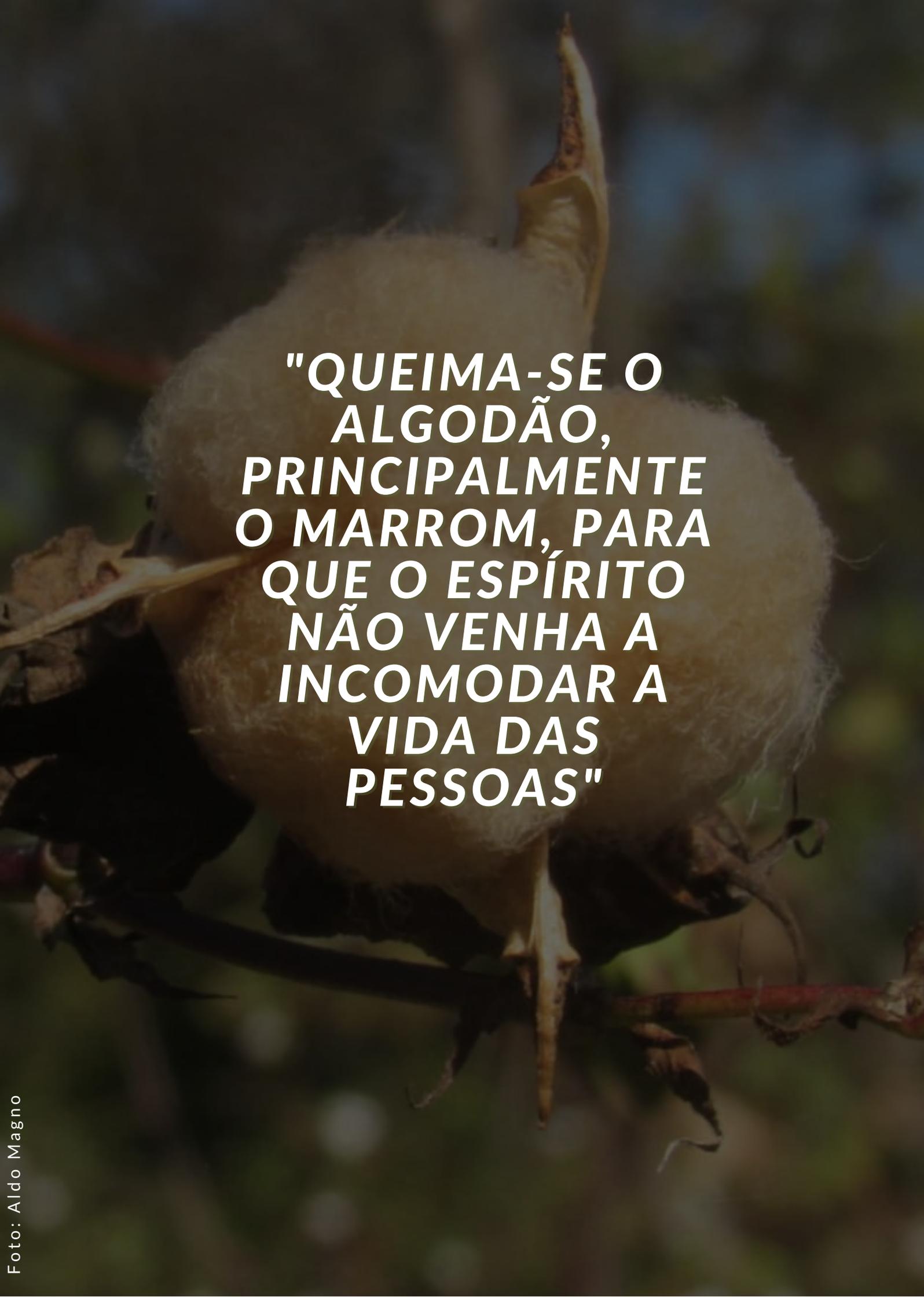
Foto:Tupã Myky



Foto Simon Paz/Instituto Flor de Ibez



Foto:Empaer



**"QUEIMA-SE O
ALGODÃO,
PRINCIPALMENTE
O MARROM, PARA
QUE O ESPÍRITO
NÃO VENHA A
INCOMODAR A
VIDA DAS
PESSOAS"**



Mulher do povo Bakairi mostra rede feita de algodão. Foto: Aldo Magno



Foto: Kopa Myky

A colheita do algodão é feita geralmente pelas mulheres, que têm uma relação profunda com a planta, salienta a pesquisa. Já o cultivo é feito de forma comunitária, junto ao plantio de alimentos. No caso dos povos indígenas o manejo do algodão crioulo se contrapõe à monocultura e ao uso intenso de agrotóxicos.

O algodão faz parte das mais diversas fases da vida dos indígenas, segundo Magno Amaldo, professor de matemática na Escola Estadual Indígena Kura Bakairi, e morador da Aldeia Pakuera, da TI Bakairi, localizada no município de Paranatinga. No ritual de furação dos lóbulos das orelhas dos jovens, os pais pagam os mestres de cerimônia com um novelo de algodão. Quando há um falecimento, o viúvo ou viúva deve produzir uma rede e entregar para a família do finado, em respeito à pessoa que faleceu.

Ainda na tradição Bakairi, o algodão serve para espantar maus espíritos que possam estar atormentando a vida das pessoas. “Se queima o algodão, principalmente o algodão marrom, para que o espírito não venha a incomodar a vida das pessoas”, diz Magno.

O uso do algodão crioulo serve para coibir inflamações e em chás feitos com as folhas para aliviar principalmente as dores do parto, segundo Magno. “Se faz compressas com a folha do algodão e o chá também serve como um tipo de calmante, a partir do caroço queimado e triturado”. A planta também auxilia no tratamento de doenças psicológicas, diz ele. “Usei como anti-inflamatório, em machucados feitos com pregos, e como antidepressivo, quando perdi familiares em 2018.”

A folha do Amanixu, como é chamado o algodão entre o povo Tapirapé, também é empregada como curativo de várias doenças e ferimentos.

E a raiz é aproveitada em banhos medicinais quando as crianças ficam doentes, além de ser usada em ferimentos.

Assim como Magno, Cleide Terena, da TI Tirecatinga, em Sapezal, tem recordações da infância sobre a utilização do algodão pela sua avó para curar problemas de saúde e cólicas menstruais. “A gente sabe que o chá da folha dele é bom para dores menstruais. Minha avó sempre tirava e queimava a corda dele, que é muito boa pra dor de cabeça”, conta.

Principais mantenedoras da produção de artefatos, roupas e outros objetos de algodão, as mulheres indígenas do estado de Mato Grosso (MT) são guardiãs fundamentais na preservação das sementes crioulas de algodão. Desde muito novas, elas aprendem a trabalhar com algodão. Entre os Bakairi, sua principal utilidade é a produção de redes, utensílio que tem uma grande importância cultural. "Para realizar um casamento tradicional, precisa ter rede de algodão, a mulher tem que saber fazer uma rede", conta Magno.



Foto: Arquivo Pessoal

Essa prática faz parte da vida de Sergiane Taiuke, 38 anos, do povo Bakairi. Ano a ano ela repete o ciclo do plantio do algodão na aldeia Pakuera, da TI Bakairi, localizada no município de Paranatinga. "Primeiro fazemos a roça de toco, preparamos a terra e depois plantamos em volta da roça. De outubro a novembro plantamos. O algodão começa a crescer em dezembro, aí entre julho e agosto, colhemos."

Além do cultivo do algodão sem agrotóxicos, é comum entre as mulheres preservar as sementes crioulas. "Hoje em dia, queimamos um pouco o algodão e colocamos na garrafa para sair o oxigênio e não ter bactérias", diz Sergiane.

A ancestralidade da relação da mulher com o algodão é revelada nos mitos, como no do povo Myky, segundo a pesquisa.



Foto: Organizacao Thutalinansu

"É trabalho das mulheres devido à responsabilidade passada pela Nambuzinha de colher, descaroçar as plumas, guardar as sementes de algodão sozinhas em local seguro, dentro de casa, para não perder e para não dar insetos e num lugar aonde bicho não chega."

A Nambuzinha de acordo com o povo Myky era um pássaro que trouxe sementes de algodão para as mulheres. Plantar o algodão também tem a ver com um estado de espírito, dizem as anciãs, conforme a pesquisadora, que deve ser plantado com cuidado para que a semente nasça bonita. "Quando for para roça tem que ir com alegria. Quando a pessoa vai com preguiça o algodão não nasce bonito."

O povo Myky se tornou um dispersor de sementes de algodão crioulo na bacia de Juruena, envolvendo os povos Kayabi, Paresi e Manoki, segundo o estudo. As mulheres Manoki vão para a terra dos Myky para pegar semente marrom, por exemplo.

Atualmente, com a facilidade de aquisição de linhas de algodão nos centros comerciais, o cultivo tem diminuído entre alguns povos indígenas. Esse é o caso do povo Nambikwara, Cleide Terena, da TI Tirecatinga, em Sapezal, conta que se sente preocupada com a falta do algodão na aldeia. "Minha avó vivia no território Nambikwara e ela plantava algodão ao redor da sua casa, hoje não estamos fazendo mais esse uso. Fico preocupada."

Por conta disso, Cleide vem tentando recuperar o plantio das sementes crioulas de algodão junto a outras mulheres. “A minha vontade é de resgatar essa prática que a gente está esquecendo. Vamos fazer uma oficina de rede para as meninas e iremos buscar sementes retomar nosso costume.”

Ela, inclusive, buscou sementes junto aos Myky em 2021. Entretanto, o plantio não deu certo. “Eu acho que esse ano a gente vai ter que fazer um novo modo de plantar, ver com elas, na oficina de rede, aí já é um passo pra eu conversar com as mulheres sobre isso também.” Idealizada pela associação Thutalinansu, uma organização das mulheres indígenas da TI Tirecatinga, a oficina teve como objetivo promover capacitações para a confecção de redes com os fios de algodão, como explica a indígena do povo Nambikwara Raiza Patrícia, integrante da entidade e moradora da aldeia Caititu, da TI Tirecatinga. “Há várias maneiras de usar o algodão, não só com a produção de rede, mas também de tecidos. Com o algodão nós produzimos as vestimentas tanto para os moradores do nosso território, como para a venda”, explica.

Através do algodão puro, é possível introduzir o grafismo indígena nas roupas, segundo ela. “O grafismo é inserido no tecido do algodão cru, ele também serve para a venda, isso gera uma renda para a gente aqui no território. O indígena não vive apenas da caça e da pesca hoje em dia. Então estamos buscando projetos sociais para a capacitação e qualificação das mulheres para a confecção e produção de roupa. Isso de fato é muito importante para a gente.” A oficina deve ter participação de indígenas dos povos Terena, Manoki, Nambikwara, Paresi e Rikbaktsa.



Já na TI Marãiwatsédé, as anciãs povo Xavante são as que guardam as sementes para o plantio, de acordo com a pesquisa. “O algodão tradicional permanece forte, pois uma guardiã cacique fortalece a cultura da tecelagem. As sementes de lá circularam para fora do território indígena, no assentamento rural.”

Apesar da pouca abundância de sementes, Divina Francisco Kayabi, moradora da aldeia Tatuí, da TI Apiaká Kayabi, segue plantando e buscando grãos. “Meus pais me ensinaram a plantar, agora estou sem sementes mas vou buscar, gosto de mostrar para as crianças como fazer a rede, a tipóia. É bom termos o algodão para não perdermos a cultura, e também vendemos para quem vem de fora da aldeia.”

Em entrevista à OPAN, Gabriela Werneck aponta que os povos tradicionais, especialmente indígenas, são detentores do saber do manejo tradicional de algodão e da conservação das sementes. “As mulheres recebem das divindades a incumbência de cuidar do algodão. Tem uma questão ritualística, mítica e artesanal também.”

Ademais, o Sistema Agroflorestal (SAF), utilizado por muitos povos, faz com que o solo fique mais rico, garantindo o equilíbrio da biodiversidade. “Nesse sistema, raramente existem pragas, então é uma comprovação de que é um sistema saudável”, explica a pesquisadora.





Foto: Reprodução da Internet

A possibilidade da perda do manejo do algodão crioulo na cultura indígena é um alerta trazido pelo levantamento. A pressão do agronegócio é um ponto que chama a atenção, além do pouco plantio. “Alguns não plantam, pois na estrada têm facilidade de pegar algodão das lavouras para fazer as gravatas [Xavante]. Isso dilui a cultura e a preservação do algodão tradicional e põe em dúvida a pureza das sementes que têm nas aldeias mais novas”, evidencia o relatório.

Na visão de Magno, uma das dificuldades enfrentadas pelo povo Bakairi são as queimadas, o desmatamento e as conseqüentes mudanças do clima. Com isso, é preciso fazer roças cada vez mais próximas às moradias nas aldeias. “Hoje em dia, devido ao desmatamento em volta da área, muitos animais, como os porcos do mato, se reproduzem rápido e estragam as roças.”

O algodão tem sido uma possibilidade de incremento de renda para a família, conta Magno. “Eu e minha esposa temos um pequeno projeto. Não recebemos recursos de ninguém, plantamos aproximadamente um 1,5 hectare de algodão. A roça é de uso coletivo das mulheres. Estamos tentando ampliar para que as pessoas possam ter uma renda na comercialização.”

O apoio de instituições como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Instituto Flor de Ibêz, que visa o fortalecimento dos pequenos agricultores e indígenas e a recuperação de áreas degradadas e as regiões de nascentes, é fundamental para a preservação do algodão.

O suporte de outras articulações, como as Redes de Sementes do Xingu e o Portal da Amazônia, garante a existência das sementes crioulas de algodão entre os povos indígenas e quilombolas, como aponta a pesquisadora. “Essas articulações formam pessoas que serão guardiãs das sementes e desse saber e enfatizam o benefício de estar em uma cultura que não desequilibra o meio ambiente, oferecendo soluções de incentivos. Não só uma detenção de uma cultura, mas a possibilidade de renda.”

No caso dos produtores rurais, a FASE executa um trabalho de resgate das sementes com pequenos produtores rurais de Cáceres, Mirassol d' Oeste, Cuiabá, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Chapada dos Guimarães. Além do esforço das entidades, a pesquisadora avalia que o Estado poderia auxiliar a produção “fortalecendo os encontros de trocas de sementes e promovendo pesquisas, junto a uma indústria sustentável”.

Por fim, para Gabriela a união das organizações e o apoio estatal podem trazer pequenos avanços, a partir de apoios financeiros e de estrutura para o comércio de artesanatos, por exemplo, ou ainda por meio de incentivos no desenvolvimento de pesquisas de remédios naturais. “Existe um universo que pode ser explorado, com a elaboração de editais, de chamadas públicas e convite a pesquisadores, para estudar melhor o tema”, conclui. ➔

An aerial photograph of a village with a river. The houses are small and rectangular, with light-colored roofs. The river is a light blue-grey color, winding through the center of the village. The surrounding land is a mix of green and brown, suggesting a rural or semi-rural setting. The text is overlaid on the lower half of the image.

POVOS INDÍGENAS DE MATO GROSSO NA MIRA DOS PEDIDOS DE EXPLORAÇÃO MINERAL

FALHAS NO SISTEMA DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

permitem requerimentos de exploração em áreas protegidas e facilitam uma verdadeira corrida pelo garimpo, ameaçando diretamente diversas comunidades.

BEATRIZ DRAGUE RAMOS

Requerimentos de pesquisa para exploração mineral em áreas sobrepostas ou no entorno de Terras Indígenas (TIs) têm aumentado no estado de Mato Grosso (MT) num ritmo acelerado. Tal prática vem provocando pressão especulativa e riscos aos povos tradicionais, principalmente nas terras indígenas em que há presença confirmada de povos isolados. Um dos motivos de tamanha especulação decorre das falhas no sistema da própria Agência Nacional de Mineração (AMN), autarquia federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que não indefere as solicitações imediatamente.

Recentemente, mais de 30 processos que pediam a exploração de minérios em áreas próximas ou sobrepostas a TIs foram indeferidos ou destinados para reestudo, após o Ministério Público Federal (MPF) ingressar com uma Notícia de Fato baseada em estudos produzidos pela Operação Amazônia Nativa (OPAN). O documento do MPF questiona a legalidade dos requerimentos.



Foto: Vinícius Mendonça/Ibama

Ainda que a retirada de tais pedidos da base de dados da ANM seja necessária, já que a exploração de minérios em TIs é proibida, as solicitações em locais de uso dos povos indígenas continuam surgindo. Além disso, o sistema da autarquia mantém tais processos como “ativos”, mesmo quando a empresa desiste do requerimento.

O indígenista da OPAN, Ricardo Carvalho, um dos autores do estudo “Processos minerários em Mato Grosso com ênfase na sobreposição e entorno das Terras Indígenas na bacia do Juruena”, publicado em 2021, explica que não há um bloqueio automático de processos minerários sobrepostos a áreas protegidas como as terras indígenas e as Unidades de Conservação de Proteção Integral. “Qualquer pessoa ou empresa pode entrar com um requerimento de processo minerário em sobreposição a essas áreas”, avalia.



Foto: João Laet/AFP



Foto Rinaldo Arruda/OPAN

Diante disso, a OPAN, a partir de um monitoramento constante de processos minerários, já identificou novos pedidos em maio deste ano em locais sobrepostos a áreas protegidas, como é o caso das TIs Zoró, Piripkura e Kawahiva do Rio Pardo, onde há presença confirmada de povos isolados. Também foi visualizado um novo requerimento na TI Escondido, do povo Rikbaktsa, onde um único pedido chega a sobrepor 9 mil hectares da área.

“O nosso entendimento é que essas pessoas [cooperativas e empresas] estão fazendo os requerimentos para terem acesso a áreas se a mineração em terra indígena for autorizada”, explica Elias Bigio, presidente da OPAN e ex-Coordenador Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC), da Fundação Nacional do Índio (Funai).



Foto: Polícia Civil de Aripuanã

Na visão de Elias, os numerosos pedidos de exploração mineral são parte de um mercado especulativo do local, o que se agrava quando a terra indígena não é ainda regularizada, como no caso da TI Piripikura. “Isso cria expectativa nas pessoas que têm interesse na região”.

Todos os pedidos deste ano que incidem no entorno da TI Piripikura têm como proponente uma só empresa, a Oxycer Holding Corporation e Comercial Importadora e Exportadora LTDA, que tem sede em Curitiba (PR), e capital social de R\$ 1.872.845,00. Se somados os orçamentos dos planos de pesquisa descritos nos requerimentos, chegamos a quantia de R\$ 2.160.000,00 de orçamento para execução das pesquisas minerárias planejadas para o interior da TI Piripikura. A mesma empresa também reivindicou neste ano áreas no entorno da TI Kawahiva do Rio Pardo.

O alto potencial mineral, aliado à fragilidade fundiária destas terras indígenas, é um aspecto que, na visão de Ricardo, pode justificar parte da procura pela exploração desses locais. “Todas essas terras indígenas que apareceram agora com sobreposição estão justamente na faixa que vai de Alta Floresta até a região da Bacia do Aripuanã. O Serviço Geológico Brasileiro identificou que esta região tem grande potencial de jazida de minérios, principalmente ouro e cobre.”

Ademais, o indigenista compreende que o avanço do Projeto de Lei 191/2020, que versa sobre a abertura de terras indígenas para a mineração, estimula a procura pela exploração nas áreas protegidas. “Se a legislação for flexibilizada em algum momento já irá existir o direito mineral de alguma empresa para minerar dentro de determinada terra indígena. É um risco.”

“O nosso entendimento é que essas pessoas [cooperativas e empresas] estão fazendo os requerimentos para terem acesso a áreas se a mineração em terra indígena for autorizada”



Foto Secom/MT

COOPERATIVAS DRIBLAM AS REGRAS

A problemática exposta se repete quando cooperativas formadas para a exploração de minérios driblam a Portaria do Ministério de Minas e Energia/Departamento Nacional de Produção Mineral nº 155, de 12 de maio de 2016, que possibilita que elas façam requerimentos de lavra garimpeira (RLG) com um limite de 10 mil hectares. No atual cenário, uma única cooperativa acaba fazendo requerimentos contíguos em um mesmo rio, ultrapassando a área limite que uma organização desta pode requerer para garimpagem na Amazônia Legal.

Essa conjuntura pode ser vista a partir dos processos que estavam sobrepostos à TI Aripuanã. A Cooperativa dos Mineradores do Vale do Guaporé protocolou cinco pedidos em 2021. Todos foram indeferidos após questionamento do MPF. Os processos que foram totalmente recusados no início deste ano após a Notícia de Fato do MPF interferiam diretamente nas TIs Aripuanã, Utiariti, Tirecatinga, Apiaká do Pontal Isolados, Escondido, Batelão, Paresi, Paukalirajausu, Sararé, Zoró, Tadarimana, Jarudore e Kayabi. Além destas áreas, a AMN reestuda os requerimentos na TI Tahantesu, Pequizal, Marechal Rondon, Aripuanã, Pimentel Barbosa, Serra Morena e Kayabi.

Outro ponto destacado é a agitação causada pela pesquisa da lavra minerária no entorno das terras indígenas com presença dos povos isolados. “A pesquisa já gera uma movimentação no entorno da terra indígena, perturbando tanto uma TI que já tem um povo indígena de contato antigo, mas é mais frágil ainda com relação aos povos isolados, o que aumenta o risco de contato.” A aproximação pode ocasionar mudanças drásticas nos costumes dos isolados e até mesmo o genocídio desses grupos. No caso da TI Zoró, a sobreposição de processos de exploração chega a ocupar 60 mil hectares da área. Todos são solicitados pela Cooperativa dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil (Coogamibra).

A reportagem buscou a AMN para saber se ela pretende modificar o sistema, mas não obteve resposta até o momento. Para mudar essa situação, Ricardo Carvalho diz que é preciso evitar que requerimentos sejam realizados em sobreposição à TIs.

Diante disso, é imprescindível cobrar do órgão de licenciamento ambiental do estado que sejam respeitados os dispositivos da portaria interministerial nº 60, que estabelece a obrigatoriedade de EIA para empreendimentos que estejam no entorno de 10 quilômetros de TIs, diz o indigenista. “Esses impactos devem ser avaliados considerando o conjunto dos demais processos minerários planejados para o entorno dessas áreas protegidas”.

A SEMA-MT informou que realiza a avaliação no contexto do Estudo de Impacto Ambiental do Empreendimento, em que há a obrigatoriedade de apresentação do Estudo do Componente Indígena aprovado pela Funai. A Funai também foi procurada, mas não respondeu até a publicação da edição. ➔

N O X I R É D A O P A N

Membros da primeira década da OPAN, em 1973, durante despedida de Nelson Secchi, Marli e Luiz Carlos para o trabalho em Mato Grosso. Os três aparecem sentados, à direita. Além deles, Antônio Brand (de pé, à esquerda), Egydio, Ivar e Rosa (sentados ao fundo). Foto: Arquivo/OPAN.



Encontros na sede da OPAN, em Cuiabá-MT, com Uirá, Jônia, Cláudio Comte, Kátia e Moara junto de sua filha Aime. Foto: Arquivo/OPAN.



Indígenas e equipe reunidos em expedição no rio Papagaio, em 2014. Foto: Thiago Foresti/OPAN.

Acesse e compartilhe conteúdos das nossas redes:



www.amazonianativa.org.br



@operacaoamazonianativa



@operacaoamazonianativa



(65) 9 8476-5663